

## **Inexistência do outro: A cobertura da mídia catarinense sobre os povos indígenas no Morro dos Cavalos<sup>1</sup>**

Gisele Cristiane BUENO<sup>2</sup>

Jorge Kanehide IJUIM<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

**Resumo:** Os índios Guarani são alvo de intensas críticas por serem considerados o principal “empecilho” na duplicação da BR-101, próxima ao município de Palhoça (SC). Essa ideia pode ser caracterizada pelo pensamento abissal (SANTOS, 2007) que provoca a inexistência do “outro lado da linha”, os povos indígenas. O presente artigo se propõe a investigar o papel do jornalismo regional na produção de sentidos sobre o caso. Foi analisada uma amostra de notícias publicadas nos portais online de maior alcance no estado, exploradas de acordo com a Análise da Narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta (2008). Ao final, constatou-se que as publicações analisadas são reflexo do pensamento hegemônico da sociedade catarinense. A fim de propor alternativas aos modelos jornalísticos atuais, foram identificadas a razão cosmopolita e a ecologia de saberes.

**Palavras-chave:** Imprensa catarinense; Sociedade; Indígenas; Morro dos Cavalos.

### **1. Introdução**

A Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos está situada no município de Palhoça, Santa Catarina, a aproximadamente 30 quilômetros da capital Florianópolis. Divergências, principalmente econômicas, têm gerado disputas territoriais em torno dos quase dois mil hectares concedidos aos índios. Invasões, medidas judiciais opostas à permanência Guarani e pressão midiática reforçam a ideia de que a cultura indígena não é aceita.

Foi somente na Constituição Federal de 1988 que o reconhecimento do direito à terra dos povos indígenas foi concretizado. Desde então, a carta magna assegura o usufruto de territórios ocupados por índios, ainda que estes permaneçam sob propriedade da União.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Constituição Federal, 1988)

Contudo, a TI Morro dos Cavalos só foi oficializada em 2008, pela portaria nº 771 do Ministério da Justiça, sendo que a delimitação física foi feita em 2010. Rafaela Mattevi apresenta em *Nhandereko Tenonde Rã* (2011) que o processo de demarcação começou ainda em 1993 quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) criou o grupo técnico de identificação e delimitação para dar início ao processo. Entretanto, devido a mudanças nas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSC, email: [giselecbueno95@gmail.com](mailto:giselecbueno95@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFSC, email: [ijuimufsc@gmail.com](mailto:ijuimufsc@gmail.com)

regras do relatório e contestações da própria comunidade indígena quanto ao tamanho do território, esse documento só foi finalizado em 2002.

Depois de aprovado pela Funai e antes de ser enviado para o Ministério da Justiça, o relatório pode ser contestado por qualquer pessoa ou instituição no período de noventa dias. Matevvi (2011) apresenta que dentre as contestações recebidas no caso da TI Morro dos Cavalos, até mesmo o governo de Santa Catarina solicitou que a demarcação fosse julgada “improcedente”, a fim de defender a propriedade privada (p.20).

Mesmo depois da divulgação da portaria que oficializou a demarcação de 1988 hectares (2008), os conflitos referentes a TI Morro dos Cavalos não cessaram. Alguns dos antigos moradores da área solicitam a reintegração de posse alegando a falta do pagamento das indenizações. A Funai explica que, em alguns casos, as dívidas ainda não foram quitadas porque o processo exige o acordo entre as partes envolvidas e os antigos proprietários não aceitaram o que lhes foi oferecido. Esse atraso tem gerado embates entre indígenas e não-indígenas na região. Um exemplo é a invasão que ocorreu em uma aldeia da TI Morro dos Cavalos em outubro de 2015, quando os antigos proprietários adentraram ao território e ocuparam residências, somente se retirando com a chegada da polícia.

Outro fator que tem provocado tensão é a duplicação do trecho da BR-101 próximo ao município de Palhoça. A rodovia passa pelo meio de uma das aldeias da TI Morro dos Cavalos, trazendo riscos e dificuldades de deslocamento para os moradores da área. A construção de mais uma pista aumentaria o perigo para os locais. Por isso, a obra tem reacendido o debate em torno da Terra Indígena.

Contudo, a discussão referente a esse embate não tem sido imparcial. Os interesses econômicos prevalecem, fazendo com que as pessoas que ali residem sejam personagens secundários nessa narrativa. Para deslegitimar a presença do povo Guarani na região, dissemina-se a ideia de que a duplicação ainda não aconteceu por culpa dos indígenas. Argumenta-se que a Funai seja o órgão responsável por “atrasar” o processo já que é necessária a liberação da fundação para que as obras aconteçam.

No entanto, é interessante observar que, desde a construção da BR-101, na década de 1960, tal conflito já existia. Os Guarani - subdivididos em Ñandéva, Mbya e Kaiowá - são vistos como empecilho no processo de “desenvolvimento” da região.

Um dos argumentos frequentemente utilizados é o de que os índios da TI Morro dos Cavalos não são brasileiros e sim povos argentinos e paraguaios que vieram de seus países

ao saberem que no município de Palhoça seria oficializado o território. A fim de se aproveitarem dessa medida prevista em lei, esse índios teriam migrado para a região.

Entretanto, tal premissa é invalidada por vestígios históricos que comprovam a presença indígena no litoral catarinense desde a época da colonização europeia. Além disso, Ladeira (2008) citada por Nogueira (2010) em seu artigo referente a conflitos territoriais indígenas, apresenta comprovações sobre a origem do nome Guarani dizendo que “Nos séculos XVI e XVII, os cronistas denominavam ‘guaranis’ aos grupos de mesma língua que se encontravam desde a costa atlântica até o Paraguai” (LADEIRA, 2008 *apud* NOGUEIRA, 2010, p.3).

Ainda assim, há manifestações para a redução do território demarcado cuja justificativa é a de que se deve considerar a população que ocupava a região em 1988, ano da homologação da Constituição Federal. Contudo, é verificado por Matevvi (2011, p. 38) que a migração desses povos para o interior decorreu da própria chegada dos europeus ao litoral catarinense. Ou seja, a desocupação dessa área também teve como causa a apropriação indevida de terras por parte dos colonizadores.

Apesar das incontáveis evidências históricas de que os índios Guarani têm direito ao território em que vivem, a aceitação dessa realidade tem sido um processo lento e difícil. Os povos indígenas são frequentemente contestados sobre a legitimidade de suas terras e até mesmo sobre a própria cultura.

Trata-se de um comportamento da sociedade como um todo. Contudo, é possível dizer que a mídia tem grande participação nesse processo, visto que os veículos de comunicação possuem responsabilidade na formação de opinião pública. Partindo desse conceito, é possível analisar o comportamento dos principais veículos da mídia catarinense em relação aos conflitos na TI Morro dos Cavalos. Os jornais e seus respectivos portais online têm papel fundamental no processo de informar a população sobre o caso. No entanto, o povo Guarani raramente está entre os assuntos pautados pela grande mídia. Quando “fazem parte” das notícias, as matérias geralmente apresentam aspectos negativos em relação aos indígenas.

Para explicar a conduta da mídia, Marcio Cruz (2011) apresenta a intenção que um emissor possui sobre determinada mensagem.

Para a formação de uma opinião pública, faz-se necessário considerar também o sujeito pessoal ou coletivo que deseja se comunicar na intenção de disseminar no “espaço público” aquilo pelo qual quer que socialmente seja conhecido e compreendido pelo “público”, ou, que seja apropriado por um segmento específico da sociedade (...) (CRUZ, 2011, p. 2).

Seguindo essa linha de raciocínio, o presente trabalho busca observar de que forma ocorre a cobertura midiática em Santa Catarina em relação aos índios do Morro dos Cavalos. Para dar início a essa análise é preciso considerar também o comportamento da própria sociedade com relação o povo Guarani e demais povos indígenas.

## **2. O pensamento social e as heranças positivistas no jornalismo**

Para compreender o comportamento da mídia é preciso, antes, fazer uma análise do pensamento social. Para isso, Boaventura de Sousa Santos (2007) apresenta reflexões sobre o pensamento abissal moderno. Trata-se da circunstância em que duas realidades distintas estão divididas por uma linha imaginária que impede a coexistência de ambas, criando um abismo entre elas.

Buscando exemplificar esse conceito, o autor apresenta a Filosofia, a Ciência e a Teologia que, ainda que briguem entre si, estão “deste” lado da linha. Ou seja, são formas hegemônicas de conhecimento. Do “outro lado” encontram-se formas populares do saber, bem como o modo de vida indígena, suas crenças e costumes. Além do mais, reforçando a ideia de pensamento abissal, Santos ressalta a inexistência como “não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS. 2007, p.4). Logo, a existência dos povos indígenas está submetida à relevância com que a sociedade os vê. Por não fazer parte das concepções hegemônicas, a cultura indígena tem sido incompreendida e, conseqüentemente, ignorada.

Santos (2013) apresenta ainda processos que têm ressaltado essas linhas abissais. De acordo com o autor, a globalização reforça tal pensamento visto que homogeneiza e uniformiza características de uma sociedade, fazendo com que o “lado” dominante da linha se sobressaia ainda mais, minimizando o outro lado e suas respectivas características. Contudo, esse processo é visto com naturalidade já que tem sido pregado como parte do desenvolvimento da humanidade.

À partir da ideia de que “o campo hegemônico actua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros” (SANTOS, 2013, p.1), o autor busca discutir se o que é disseminado com a globalização não poderia ser chamado de ocidentalização ou americanização, visto que são as características ocidentais e até mesmo norte-americanas que são globalizadas. Um exemplo presente no cotidiano é a supervalorização da língua inglesa, considerada como o idioma universal.

Essa linha de raciocínio auxilia na compreensão da sobreposição de culturas. Quando Santos diz que “A cultura é por definição um processo social construído sobre a intersecção entre o universal e o particular” (2013, p.10), demonstra de forma ainda mais clara as adversidades que acompanham a globalização.

Por meio desse processo, o particular é esmagado pelo universal sendo que este último é definido a partir do particular hegemônico. Ou seja, muitas características tidas como consequências da globalização, nada mais são do que culturas particulares de determinadas nações que se sobrepuseram às demais em um processo nada natural e, muitas vezes, permeado de violência. Um exemplo disso é a própria colonização. A heroica descoberta do “Novo Mundo” massacrou povos nativos e impôs a cultura colonizadora, provocando a extinção de inúmeras outras. Logo, é inegável que a globalização não é consensual e tão pouco benéfica para o “outro lado da linha”.

Ainda que as fronteiras geográficas tenham deixado de dividir, efetivamente, povos e culturas, as linhas abissais continuam desempenhando tal papel e surgem em virtude dessa mudança. Os Estados-nação originam-se da configuração territorial já ultrapassada pelo processo de globalização e configuram novas formas de homogeneizar culturas.

Enquanto, externamente, têm sido os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional, internamente, têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto. (SANTOS, 2013, p. 10)

Esta constatação pode ser claramente observada na relação entre Estado-nação Brasil e a cultura indígena. Enquanto a diversidade cultural compõe o discurso nacionalista e patriota para o exterior, essa mesma diversidade é sistematicamente ignorada no âmbito interno. Tal afirmação pode ser exemplificada pela dificuldade de aceitação dos direitos indígenas de diferentes etnias por parte de outros setores da população.

Dessa forma, é possível observar que o mesmo processo que cria o “global”, reforça também o conceito de “local”. No entanto, essa relação provoca a diminuição, desvalorização e até mesmo a inexistência do contra hegemônico, já que a narrativa é criada por apenas um lado da linha. Logo, quem está “do outro lado” depende desta perspectiva. Trata-se da “história dos vencedores contada pelos próprios” (SANTOS, 2013, p.14).

Essa relação de não existência é também construída pelo que Santos chama de *Sociologia das Ausências* (2002). De acordo com o autor, a modernidade ocidental construiu uma razão indolente que busca universalizar características hegemônicas e todo

aquele que não se encaixar nesses padrões é considerado inexistente e será, conseqüentemente, ignorado e desrespeitado. Esta indolência, segundo Santos, gera monoculturas com o intuito de excluir quem ou que esteja fora desse padrão.

Dentre essas formas está a *monocultura do saber* pela qual tudo que não se encaixa na ciência moderna e na alta cultura, não existe. Como exemplo desse processo, podemos citar a cultura indígena que é sistematicamente ignorada e vista como ultrapassada diante dos costumes ocidentais hegemônicos.

Para reforçar essa ideia, utiliza-se também a *monocultura do tempo linear*. De acordo com Santos (2002), a concepção de que “a história tem sentido e direção únicos e conhecidos” (p. 247) tem sido formulada como progresso a fim de enaltecer a cultura ocidental, rebaixando as demais culturas que nela não se encaixam. Essa lógica auxilia na produção de não existência quando limita o conceito de “desenvolvimento” em um único ponto de vista, o ocidental hegemônico.

É possível observar tal comportamento em relação aos povos indígenas que, comumente, são vistos como “atrasados”. Essa perspectiva é validada do ponto de vista dominante, pelo qual o celular e a internet possuem um papel indispensável no cotidiano. No entanto, se considerarmos a linearidade temporal dos próprios indígenas, veremos que sua cultura tem evoluído ao longo do tempo, com novas práticas de produção e formas de convívio em sociedade. Logo, é precipitado considerá-los “um passo atrás”.

Outra lógica citada pelo autor que ressalta características do pensamento abissal, é da *classificação social*. Trata-se da distribuição da população em categorias que evidenciam as diferenças e naturalizam hierarquias. Santos diz que essa classificação tende a negar a intencionalidade da hierarquia social, fazendo com que a dominação seja vista como consequência, e não a causa dessa lógica.

Mais uma vez é possível associar essa condição com os povos indígenas. A ideia dessa classificação seria naturalizar a hierarquia entre indígenas e não indígenas, colocando sob responsabilidade destes últimos o dever de “civilizar” os primeiros. Tal apontamento pode ser exemplificado em diversas ocasiões, bem como na tentativa de inserir os povos indígenas na cultura ocidental por meio da educação em moldes tidos como “tradicionais”, uso de tecnologias, aceitação de leis incoerentes com seu modo de vida, dentre outros, por considerar sua cultura inferior.

Há ainda a *monocultura do modo de produção* na qual o crescimento econômico é visto como objetivo inquestionável e legítimos modos de produção que condigam com sua

necessidade. Nesse caso, a não existência se dá por meio do estigma da improdutividade, citada por Santos como preguiça ou desqualificação profissional. Os povos indígenas são frequentemente taxados como improdutivos quando, na verdade, seu modo de produção apenas não condiz com o modo ocidental hegemônico (visando lucros, por exemplo). Além disso, a educação indígena funciona de forma diferente da educação tida como “tradicional” criando a falsa ideia de que esses povos são incapacitados.

Portanto, submeter os povos indígenas a cultura ocidental, bem como o sistema legislativo ou o próprio conceito de “progresso”, é uma forma de aplicar as lógicas dominantes citadas. Vê-los como atraso no desenvolvimento é fortalecer a ideia de que estão hierarquicamente abaixo do hegemônico, contribuindo na deslegitimação da presença Guarani no município de Palhoça.

Diante desse contexto, busco debater a postura da imprensa regional no caso dos índios Guarani do Morro dos Cavalos, como e quando são pautados e de que forma são retratados perante o público. Para isso, utilizei a metodologia Análise da Narrativa Jornalística proposta por Luiz Gonzaga Motta (2008) aplicado em 8 matérias coletadas dos jornais de maior circulação em Santa Catarina e portais online que se envolveram nessa cobertura - Diário Catarinense, Notícias do Dia e A Notícia.

### **3. Narrativas jornalísticas e o reflexo de práticas culturais**

Motta (2008) discorre sobre a análise da narrativa e a categoriza também como método de observação das práticas culturais. Dessa forma, ressalta que a narratologia não serve apenas para a análise de matérias, contos, crônicas, entre outros, mas principalmente para compreender aspectos da sociedade. Como exemplo, o autor reforça a ideia de que as narrativas midiáticas não se limitam às representações da realidade, são também um dispositivo discursivo social originado de pretensões.

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). (MOTTA, 2008, p. 3)

Motta propõe, então, uma série de movimentos que compõem essa análise, identificando a construção de significados existente em determinado material. Nesse caso, serão utilizadas oito reportagens previamente selecionadas de jornais e portais da região.



De acordo com Motta, “as notícias diárias são fragmentos desconexos de sentido, dificilmente contam uma história completa” (2008, p.4). A partir dessa afirmação, o autor busca exemplificar o primeiro movimento, composto pela *recomposição do acontecimento jornalístico*. No caso do conjunto de matérias mencionado, esse movimento é claramente identificado como o processo de duplicação da BR-101 e sua relação conflituosa com os povos indígenas da região Morro dos Cavalos.

Já a *identificação do conflito*, proposto pelo autor como o segundo movimento dessa análise é melhor observada por meio das próprias matérias.

Um dos líderes da aldeia indígena Guarani do Morro dos Cavalos, em Palhoça, o porta-voz Leonardo Weratupã, disse que a comunidade espera pela construção do túnel como solução para a duplicação da BR-101. Com isso, o objetivo é reduzir o número de índios atropelados na rodovia. Se o viaduto for aprovado, parte da aldeia continuará tendo a rodovia como vizinha. (**Índios querem túnel na 101** - Diário Catarinense, 2 mar 2005 - via Portal Povos Indígenas no Brasil)

Já nessa primeira matéria é possível perceber, por meio do lead, a existência de um conflito entre a forma tradicional de duplicação da BR-101 e a alternativa pela qual os Guarani optaram. O texto apresenta a redução de atropelamentos como um dos benefícios da construção do túnel, mas em seguida reitera que ainda que essa obra seja feita, a aldeia ainda estará às margens da rodovia. Portanto, tal conflito é ainda mais perceptível.

O fluxo médio da rodovia no Morro dos Cavalos é de 17 mil veículos por dia. O trecho apresenta lentidão e constantes congestionamentos por causa dos aclives e do intenso tráfego de caminhões. (...) Quando o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER, atual Dnit) anunciou a duplicação, em 1999, o plano para o trecho previa a construção de um túnel para tráfego em um sentido e o aproveitamento da atual pista no outro, como foi feito no Morro do Boi, entre Itapema e Balneário Camboriú. Mas os índios que moram no alto do Morro dos Cavalos protestaram e alegaram que a obra interferiria no subsolo. Funai e Ministério Público intervieram a favor dos índios e uma série de reuniões e audiências foi realizada. (**Morro dos Cavalos espera propostas** - via 101 sul.com.br - Diário Catarinense, 17 jul 2007)

Nesse trecho publicado um ano antes da regulamentação da TI Morro dos Cavalos junto ao Ministério da Justiça, reforça-se o conflito entre o interesse da comunidade como um todo e os povos indígenas que ali residem. Para isso, a matéria utiliza-se de exemplos de outras situações em que a duplicação foi finalizada rapidamente por ter sido feita da maneira “convencional”. Logo, dá a entender que o atraso nas obras da rodovia gera problemas para a população, como o tráfego intenso, e que tal impasse poderia ser resolvido caso os índios aceitassem a construção de uma nova via.



Esse trecho caracteriza também o que Motta chama de *funcionalidade de episódios*, que compõe o movimento de identificação do conflito. Apresentar os problemas que a comunidade tem com a rodovia e relatar outro caso similar e sua respectiva solução, é um episódio cuja funcionalidade é clara: aconselhar pelo exemplo<sup>4</sup> por meio da utilização de memória jornalística.

Após a identificação do conflito, Motta propõe então um terceiro movimento: a *construção de personagens jornalísticos*. De acordo com o autor, essa necessidade se dá devido a individualização dos personagens que acabam se tornando eixos da história.

Na série especial de reportagens sobre o Morro dos Cavalos, publicada em agosto de 2014 pelo Diário Catarinense, nota-se a individualização de Milton Moreira. A construção desse personagem favorece a intencionalidade das matérias por meio do fala de um Guarani que não concorda com os demais índios residentes no Morro dos Cavalos.

Milton Moreira é índio guarani, filho de paraguaio e um dos primeiros a se instalar na região de Morro dos Cavalos - tinha só quatro anos na época em que os pais decidiram partir da fronteira do Paraguai. O indígena é da etnia nhandeva, mora acampado com a mulher e os filhos às margens da BR-101 desde que foram expulsos de Morro dos Cavalos por índios de uma outra etnia, a mbyá, que hoje ocupa a área. (**Terra Contestada** – Jornal Diário Catarinense, 7 a 11 ago 2014)

A escolha do personagem revela a intenção de sustentar um dos argumentos utilizados por quem é contra a permanência Guarani na região. Reforça-se a ideia de que muitas famílias migraram para Santa Catarina com o objetivo de ocupar a área e, assim, garantir a demarcação. Quando tal argumento é apresentado na voz de um indígena, passa a ter outro peso perante os leitores.

Outra construção de personagem evidente dentre o material de análise é a utilização da Procuradora do Ministério Público Federal, Analúcia Hartmann. Considerando seu envolvimento com o processo de demarcação da TI Morro dos Cavalos e a posição política de seu cargo, é natural que Hartmann seja fonte em inúmeras matérias. Tal fato diz respeito aos moldes do jornalismo já debatidos neste artigo. Contudo, a análise da individualização de personagens revela a construção de sua imagem perante o público.

A procuradora é a representante do órgão nas questões indígenas em Santa Catarina e travou um duro embate com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) desde o início dos anos 2000, quando começou a se discutir a duplicação do trecho da BR-101 que corta a reserva. Estão previstos dois túneis e a obra é a única de toda a extensão, de Palhoça a Osório (RS), ainda em fase de licenciamento. (**Terra Contestada** - Jornal Diário Catarinense, 7 a 11 ago 2014)

---

<sup>4</sup> Tal característica remete ao discurso deliberativo proposto por Aristóteles como um dos gêneros da Retórica.

No trecho acima, notam-se algumas características propostas por Ives Reuter (2002) e sugeridas na metodologia de Motta. Tratam-se das categorias para distinguir e hierarquizar personagens. Nesse caso, o cargo de Procuradora do Ministério Público Federal tende a justificar o “duto embate” que a personagem “travou” com o DNIT. É possível também observar o esforço para caracterizar a ação da procuradora como um impasse para o processo de duplicação. Essa tentativa é visível com a utilização da última frase que faz referência a outros trechos da rodovia.

À medida que as perguntas eram feitas, o clima tensionava. Coube à procuradora da República em Santa Catarina, Analucia Hartmann, intervir. Ela disse que é necessário respeitar os usos e costumes das comunidades indígenas e questionou se não seria melhor se os deputados federais que irão presidir os trabalhos visitassem a aldeia em vez de se basear apenas em respostas transcritas por áudio. Defendeu que a área do Morro dos Cavalos já foi reconhecida pelo Ministério da Justiça e demarcada como território indígena com pareceres e laudos. (**Presença da CPI em aldeia do Morro dos Cavalos cria tensão entre indígenas** - Portal Diário Catarinense, 31 mar 2016)

Nesse outro trecho, Hartmann é apresentada como a “mediadora” entre integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito referente ao Morro dos Cavalos e os índios Guarani. Apesar de parecer que se atribui uma qualidade à procuradora, tal personificação pode remeter a incapacidade ou indisposição dos Guarani para dialogar.

No geral, é possível observar que os índios raramente ganham espaço de fala na mídia tradicional. Tornam-se então personagens secundários na própria narrativa. Essa constatação é reafirmada com o quarto movimento proposto por Motta. As *estratégias comunicativas* reforçam a intencionalidade das notícias por meio da narratividade. Contudo, segundo o autor, essa última só ocorre na recepção do texto por parte do leitor.

Uma das estratégias utilizadas é a de efeito do real na qual a narrativa jornalística busca comprovar sua veracidade por meio do próprio texto. Citações, identificação de personagens, e lugares, datação e uso de dados numéricos são algumas das técnicas eficazes para tal efeito. O trecho que abre o especial Terra Contestada apresenta algumas dessas características.

Santa Catarina virou o sonho de uma terra exclusiva para os índios guaranis. Uma família nascida no Paraguai cruzou a fronteira e percorreu pelo menos mil quilômetros até chegar ao litoral. Era fim dos anos 60 e, descoberta a história duas décadas mais tarde, fez-se escola. Levas migratórias foram registradas a partir dos anos 90. Grupos indígenas largaram o pouco que tinham nas aldeias de origem guiados pela promessa de terra fértil e fácil. (**Terra Contestada** - Jornal Diário Catarinense, 7 a 11 ago 2014)

O tom afirmativo do trecho acima indica o efeito do real quando busca dar veracidade às informações por meio da narração discreta do jornalista. Além disso, referenciar temporalmente os fatos auxilia na criação desse efeito. Tratam-se de estratégias de objetivação. O mesmo ocorre na reportagem que relata a defesa da Funai em relação as acusações do especial “Terra Contestada”.

A Comissão Catarinense Guarani Nhemonguetá convocou uma coletiva de imprensa nesta terça-feira para falar sobre as denúncias reportadas pelo DC na série especial Terra Contestada. Presente no ato, o coordenador regional da Funai Litoral Sul, João Maurício Farias, afirmou que a Funai não pega e traz índios para reservas de Santa Catarina.

— Não existe uma migração intensiva vinda de fora. Existe uma mobilidade, o que é bom, faz parte da dinâmica do povo Guarani — defendeu João Maurício Farias.

**(Funai de Santa Catarina afirma que não trouxe indígenas para Morro dos Cavalos - Portal Diário Catarinense, 12 ago 2014)**

Há também estratégias de subjetivação que buscam induzir o receptor à comoção. Tratam-se dos efeitos poéticos, utilizados com mais frequência em narrativas literárias. Contudo, a grande reportagem tem utilizado cada vez mais desse dispositivo para diferenciar-se da notícia. O especial “Terra Contestada” apresenta tais características.

Índio guarani nascido no Paraguai, Julio Moreira partiu da fronteira com a mulher e seis filhos e chegou em Morro dos Cavalos entre os anos de 1967 e 1968. Eles foram os primeiros a habitar a região. E por muito tempo a forma de vida naquele lugar permaneceu quase que inalterada. No início da década de 90 havia 14 índios, todos da mesma família. Ninguém mais. **(Terra Contestada - Jornal Diário Catarinense, 7 a 11 ago 2014)**

Narrar a história do suposto primeiro Guarani a chegar à região do Morro dos Cavalos busca causar comoção no receptor. Essa narrativa busca colocar o leitor dentro da história, fazê-lo “sentir” a realidade do personagem. Aspectos como a quantidade de filhos e a “solidão” da família criam o efeito poético. A frase curta também cria o efeito de fala, comum à narrativa literária, dando maior veracidade para a afirmação.

Motta propõe um quinto movimento que estabelece uma relação comunicativa entre emissor e receptor, o *contrato do cognitivo*.

Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura. Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que por meio dessa atividade o texto é transportado para a consciência do leitor. Se a estrutura básica do texto consiste em segmentos determinados interligados por conexões indeterminadas, então o padrão textual se revela um jogo, uma interação entre o que está expresso e o que não está. (MOTTA, 1999, p. 28)

O autor cita W. Iser (1999) que defende a ideia de que o significado do texto é, no fim, gerenciado pela disposição do próprio leitor. Contudo, Motta reforça a ideia de que esse movimento está naturalmente explícito na narrativa jornalística. Existe um “acordo” entre jornalista e sociedade de que a atividade jornalística busca somente a verdade objetiva. Pura e simples. No entanto, sabemos que esta é justamente uma das críticas em relação aos modelos de produção dessa profissão. Uma das estratégias que evidenciam esse movimento é a citação e disponibilização de documentos utilizados na produção da matéria, como apresenta o especial Terra Contestada.

No entanto, é interessante observar que algumas notícias deixam de contextualizar os fatos justamente no intuito de fazer com que os receptores completem essa lacuna de entendimento com juízo de valor, consciente ou não, intrínseco em sua vivência.

Apesar de a BR-101 Sul, em Santa Catarina, ainda ter trechos não duplicados, obras atrasadas e algumas que nem saíram do papel, duas importantes empreitadas – a ponte sobre o canal de Laranjeiras, em Laguna, e o túnel no morro do Formigão, em Tubarão – estão com o cronograma em dia e previsão de terminar dentro do prazo contratual, que encerra no primeiro semestre de 2015. **(Duas obras da BR-101 Sul não apresentam atrasos - Portal Online Notícias do Dia, 1 abr 2014)**

O trecho acima é o lead da notícia e inicia com frases que reforçam a situação de atraso nas obras da BR-101. A linguagem utilizada pressupõe que o leitor, seja ele quem for, já conhece a histórias dessa rodovia. Com isso, traz novos dados que fogem da realidade por todos conhecida: parte da obra que está em dia.

A estratégia se faz presente na estrutura do jornalismo, logo, é frequentemente utilizada. Estabelecer um “contrato cognitivo” com o leitor é dar veracidade à narrativa, independente da contextualização ou apuração efetiva dos fatos. O jornalismo é considerado o “lugar da verdade” e os receptores procuram-na nessa produção.

O último movimento proposto por Motta diz respeito às *metanarrativas* ou significados de fundo moral nas notícias.

Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável. (MOTTA, 2008, p. 14)

No conjunto de notícias analisadas, é possível perceber a intenção de naturalizar o pensamento de que os índios são um impasse no desenvolvimento da região de Palhoça. Para isso, apresentam-se argumentos que deslegitimam a presença Guarani na região.

Motoristas terão que enfrentar neste ano mais uma temporada de longos congestionamentos nos três principais gargalos da BR-101. Em Laguna, considerado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) um dos trechos mais complicados, faltam cerca de 11 quilômetros para a entrega da duplicação da rodovia, além da conclusão da ponte Anita Garibaldi. O término da obra do túnel do Formigão, em Tubarão, promete desafogar o trânsito. Na Grande Florianópolis, os túneis do Morro dos Cavalos, em Palhoça, ainda nem saíram do papel. (**Três gargalos na BR 101 testam a paciência de turistas e moradores de SC** - Portal Diário Catarinense, 12 dez 2014)

O lead mencionado é um exemplo sutil de metanarrativa. A reconstrução do cotidiano de moradores e turistas que passam pela BR-101 cria o efeito de repetição da história, reforçando a ideia de que apenas o trecho do Morro dos Cavalos impede que essa situação se resolva.

A matéria sobre o deputado Caramori apresenta tal movimento mais explicitamente.

Caramori afirma que as mortes no trecho são de responsabilidade da Funai, que não cede parte das terras indígenas para a implantação de melhorias. (...) O deputado diz que os índios não estão preocupados com o uso da terra para obras da rodovia e querem saúde, educação e melhor qualidade de vida, diferente do que defende a Funai. A entrevista termina com uma frase de impacto: — Se existe inferno, esse pessoal da Funai deve ir pro inferno, vivo, para recompensar as mortes que aconteceram nesse trecho — dispara. (**"Pessoal da Funai deve ir, vivo, para o inferno", dispara deputado estadual de SC Reno Caramori (PP)** - Portal Diário Catarinense, 11 dez 2013)

Nesse caso, a intencionalidade da matéria aparenta ser a publicação do posicionamento do personagem a fim de influenciar a opinião pública. A utilização de citação produz o efeito de real. O texto todo remete a um único fundo moral: o de que a Funai é a verdadeira culpada pela situação de impasse na duplicação da BR-101 e os consequentes conflitos enfrentados pelos índios da região.

Logo, a série de notícias analisadas remetem ao clichê de conflito entre o “moderno/desenvolvido” e o “velho/atrasado”. No entanto a história é narrada no tempo e nas circunstâncias de apenas um lado dessa linha abissal que divide ambas as realidades.

#### 4. Considerações finais

Os movimentos da Análise da Narrativa reorganizaram o material jornalístico ocasionando o entendimento crítico do conflito. Contudo, a relação entre a duplicação da BR-101 e os índios Guarani residentes no município de Palhoça precisa ser entendida como realidade social, fruto da construção do pensamento abissal.

É preciso considerar que o material publicado é reflexo do pensamento hegemônico da sociedade catarinense. Ou seja, o público também pauta a mídia. Em quaisquer

movimentos propostos por Motta, o receptor participa ativamente da construção do sentido das notícias por meio de suas concepções já formadas. Logo, as “verdades” apresentadas pela imprensa são, em parte, reflexos do comportamento social.

Para contrapor a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, ponto de partida da análise do caso Guarani em Santa Catarina, Santos propõe uma *racionalidade cosmopolita* em que se busca “expandir o presente e contrair o futuro” (2002, p.239) como forma de aproveitar ao máximo as experiências perdidas. Trata-se da valorização das culturas até então consideradas inexistentes ou secundárias. O diálogo mútuo e troca de saberes reforça a ideia de multiculturalidade.

Contudo, essa diversidade não garante, por si só, a pluralidade. Como ação da racionalidade cosmopolita, o trabalho de *tradução* proposto por Santos (2002) almeja o compartilhamento entre culturas que não dispõem das mesmas formas de saber e conhecimento com o objetivo de aproveitar diferentes experiências e confrontar culturas hegemônicas que nos são impostas. Essa alternativa se alia à *ecologia de saberes* que promove tal variedade assegurando a autonomia dos envolvidos.

Além disso, o jornalismo se originou da ciência moderna e, por isso, considera os fatos como principal objeto de observação, valorizando mais as consequências em detrimento das causas. Portanto, ainda que os povos indígenas sejam pautados, as formas de produção não promovem o real conhecimento dessa cultura. Isso acontece justamente pelos modelos jornalísticos estarem ainda enraizados nas formas positivistas de produção.

Reconhecer a cultura indígena não basta para mudar a realidade do pensamento abissal. É preciso também dar espaço para que esses povos tenham voz e, dessa forma, dar espaço a novos conhecimentos. Essa permissão e o aprofundamento aos fatos poderão modificar os modelos jornalísticos de tal forma que se produza material mais humanizado e, consequentemente, humanizador.

### Referências.

MATEVVI, Rafaela. **Nhandereko Tenonde Rã** - O futuro da nossa cultura. (TCC) Curso de Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa in LAGO, Cláudia/BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOGUEIRA, Diego C. Resistência indígena e conflito de territorialidades: um estudo sobre a presença Guarani Mbya no município de Niterói - RJ. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: [www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3575](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3575). Acesso: 12 jun 2016.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma tecnologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 78, 3-46. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n 63. Outubro de 2002.

Organização Coletiva. Demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos - Palhoça/SC - Cronologia dos acontecimentos relevantes - Duas décadas de mobilização pela efetivação de direitos territoriais constitucionais - 1993. Palhoça, 2014. Disponível em: <http://campanhaguarani.org/morrodoscavalos/wp-content/uploads/2014/03/Cronologia-TI-Morro-dos-Cavalos-27-03-14.pdf>. Acesso: 15 jun 2016.

## Reportagens

**Índios querem túnel na 101**. Diário Catarinense, 2 mar 2005 (via Portal Povos Indígenas no Brasil). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=14589>

**Morro dos Cavalos espera propostas** (via 101 sul.com.br). Diário Catarinense, 17 jul 2007. Disponível em: <http://www.101sul.com.br/site/noticias.php?id=420>

**"Pessoal da Funai deve ir, vivo, para o inferno", dispara deputado estadual de SC Reno Caramori (PP)**. Portal Diário Catarinense, 11 dez 2013. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/12/pessoal-da-funai-deve-ir-vivo-para-o-inferno-dispara-deputado-estadual-de-sc-reno-caramori-pp-4361325.html>

**Duas obras da BR-101 Sul não apresentam atrasos**. Portal Online Notícias do Dia, 1 abr 2014. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/155730-duas-obras-da-br-101-sul-nao-apresentam-atrasos.html>

**Impasse sobre quarta pista da BR-101, no Morro dos Cavalos, será resolvido pela Justiça**. Portal A Notícia, 12 mai 2014. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/05/impasse-sobre-quarta-pista-da-br-101-no-morro-dos-cavalos-sera-resolvido-pela-justica-4498795.html>

**Terra Contestada**. Jornal e Portal Diário Catarinense, 7 a 11 ago 2014. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/pagina/terra-contestada.html>

**Funai de Santa Catarina afirma que não trouxe indígenas para Morro dos Cavalos**. Portal Diário Catarinense, 12 ago 2014. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/08/funai-de-santa-catarina-afirma-que-nao-trouxe-indigenas-para-morro-dos-cavalos-4573304.html>

**Três gargalos na BR 101 testam a paciência de turistas e moradores de SC**. Portal Diário Catarinense, 12 dez 2014. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/12/tres-gargalos-na-br-101-testam-a-paciencia-de-turistas-e-moradores-de-sc-4662819.html>

**Presença da CPI em aldeia do Morro dos Cavalos cria tensão entre indígenas**. Portal Diário Catarinense, 31 mar 2016. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/03/presenca-da-cpi-em-aldeia-de-morro-dos-cavalos-cria-tensao-entre-indigenas-5649249.html>